

PROCESSO - A. I. Nº 206896.0003/04-5
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - ARCA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. (ME)
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 1ª JF nº 0045-01/05
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTERNET - 03/06/2005

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0146-11/05

EMENTA: ICMS. 1. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. O contribuinte não comprovou a origem dos recursos. Refeitos os cálculos com base em diligência fiscal a infração restou parcialmente caracterizada. 2. DMA. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DECLARAÇÃO INCORRETA DE DADOS. MULTA. Penalidade absorvida em razão da sua aplicação em infração anterior. Lançamento indevido. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 31/03/2004, para exigir ICMS no valor de R\$212.917,13, acrescido das multas de 50% e 70%, além das multas no total de R\$840,00, em decorrência de:

1. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apuradas através de saldo credor na conta caixa, no valor de R\$195.308,16.
2. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares, na condição de Empresa de Pequeno Porte enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SimBahia), no valor de R\$13.352,28.
3. Deixou de recolher o ICMS nos prazos regulamentares referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, no valor de R\$4.256,69.
4. Declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DME (Declaração do Movimento Econômico de Microempresa), multa no valor de R\$140,00.
5. Declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS), multa no valor de R\$700,00.

Em sua interposição de defesa o autuado se ateve tão-somente a contestar a infração 1, refutando a base de cálculo, dizendo que a fiscalização presumiu a existência de operações tributáveis sem o devido pagamento do imposto, apenas pela existência de saldo credor de Caixa.

Informa adiante que a fiscalização deixou de considerar o valor do capital integralizado, que foi utilizado para as aquisições no período e conclui afirmando que a base de cálculo considerada pelo autuante não deve prevalecer.

O fiscal autuante declarou que o autuado não apresentou a totalidade dos livros fiscais e contábeis, informando não ter escrituração contábil, e que a conduta irregular do contribuinte pôde ser comprovada através de informações obtidas no CFAMT.

Na mesma oportunidade o autuante apresentou um amplo demonstrativo, com abrangência de 1999 a 2003 onde aparece um saldo credor de Caixa no montante de R\$2.546.391,14, identificando procedimento lesivo aos cofres públicos.

Em seu segundo opinativo o autuado, diz que o autuante não provou seus atos lesivos ao Estado, e volta a informar sobre o capital social, R\$50.000,00, utilizado no período para as aquisições realizadas. Contesta o autuante por incluir no seu relatório, períodos estranhos aos considerados no Auto de Infração, e conclui ratificando seu pedido de improcedência.

A 1ª Junta de Julgamento Fiscal entendendo que o autuante cometeu alguns equívocos, converteu o PAF a diligência da ASTEC, que em Parecer de nº 237/2004 concluiu pela redução dos valores correspondentes à infração 1 para R\$139.876,28.

A 1ª JJF acatou a ocorrência de saldos credores de Caixa, valendo afirmar que os pagamentos efetuados tiveram origem desconhecida. Neste sentido, a regra disposta no § 4º, do art. 4º, da Lei nº 7.014/96, estabelece que o fato de a escrituração indicar saldo credor de Caixa, ou suprimentos à Caixa não comprovados, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.

Desse modo, entende o relator que não tendo o autuado comprovado a improcedência da presunção, considera correta a atitude do autuante.

Ressalta que no período de 2002 a julho de 2003, o autuado tem direito ao crédito de 8% conferido pelo seu enquadramento no Regime de Apuração do SimBahia, que só retornou à condição de contribuinte normal em 01/08/03.

Por sua vez, informa, que o Parecer da ASTEC realizou a adequação, amparado na elaboração de planilha demonstrativa que concluiu pela redução do imposto relativo à infração 1.

Quanto às infrações 2, 3, 4, como não houve impugnação do autuado, não existe lide em relação às mesmas.

Com relação à infração 5, em que o autuado é acusado de informar incorretamente dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DMA (Declaração e Apuração Mensal do ICMS), o autuante incorreu em erro ao aplicar a multa de R\$140,00 por documento, uma vez que a legislação prevê a aplicação de penalidade em razão da omissão de dados ou da sua declaração incorreta nas informações econômico-fiscais exigidas por formulários próprios, não especificando que seja aplicada por documento, prevalecendo a aplicação da penalidade de R\$140,00. No entanto, como a penalidade encontra-se embutida na Infração 4, improcede a presente infração.

E encerra votando pela Procedência em Parte do Auto de Infração.

VOTO

Concordo inteiramente com o julgamento da 1ª JJF. O imposto definido como devido resultou de novos cálculos realizados pela ASTEC e ajustes levados a efeito pelo relator da JJF.

Diante do exposto, e considerando que a exigência fiscal está adequada às normas pertinentes, voto pela manutenção da Decisão recorrida, portanto, pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206896.0003/04-5**, lavrado contra **ARCA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. (ME)**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$157.485,25**, sendo R\$139.876,28 acrescido da multa de 70% e 50% sobre R\$17.608,97, previstas no art. 42, III e II, “d”, respectivamente, do art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, mais a multa no valor de **R\$140,00**, prevista no inciso XVIII, “c”, do mesmo artigo e lei.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de abril de 2005.

ANTONIO FERREIRA FREITAS– PRESIDENTE

EDUARDO NELSON DE ALMEIDA SANTOS – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS